ORGANIZAÇÃO MUNDIAL PARA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

15 de Maio de 2019 – Greve Nacional da Educação

OMEP/BR Presente!

A Organização Mundial para Educação Pré-Escolar/OMEP, instituição não governamental foi criada na Europa em 1948, por meio de um movimento social organizado pela sociedade civil. Historicamente sempre atuou contra as injustiças sociais e violação de direitos das crianças pequenas e assumiu o compromisso e a responsabilidade de sensibilizar a sociedade sobre o significado da primeira infância e o valor da criança como sujeito social e histórico.

No Brasil, a OMEP criada em 1953, sempre objetivou mobilizar e chamar a atenção da sociedade para a importância de se compreender a infância como uma categoria geracional e humana, que apresenta peculiaridades e particularidades próprias, que devem ser respeitadas e, desde então, vem exercendo nas diversas regiões do país importante papel na luta pela garantia dos direitos das crianças e papel preponderante na construção de políticas públicas intersetoriais que tenham a criança como referência.

Na atual conjuntura não poderia eximir-se e deixar de posicionar-se veemente contra o desmonte de políticas públicas essenciais ao exercício pleno da cidadania. Desde a aprovação da Emenda Constitucional 95/2016, que congelou os gastos públicos por 20 anos, presencia-se efeitos particularmente negativos em relação aos direitos sociais, entre outros, a educação, a saúde, a segurança, a previdência social, a assistência. O que se observa é que por trás de sua aprovação há um programa de privatização, concentração de renda e exclusão social. Coadunado a isso estão as medidas descabidas do atual governo, que vem causando prejuízos de grande monta para a sociedade brasileira.

Hoje, no dia da Greve Nacional da Educação, considerando todos os retrocessos que estão colocando em risco o Brasil, as políticas públicas educacionais, a vida das crianças, a OMEP-BR vem a público posicionar-se contra:

- ✓ o desmonte da Educação Pública para favorecer conglomerados econômicos com a privatização desse setor fundamental para o desenvolvimento soberano do país e para as classes menos privilegiadas melhorarem de vida;
- ✓ o contingenciamento de R$ 2,2 bilhões na verba destinada às universidades e institutos federais;
- ✓ abandono dos investimentos em ciência, pesquisa e extensão, inviabilizando o funcionamento das universidades públicas;
- ✓ a privatização da educação brasileira;
- ✓ os cortes orçamentários da educação básica que somam R$ 2,4 bilhões, inviabilizando o cumprimento das metas do PNE;
- ✓ os ataques as professoras e professores como se fossem bandidos, desrespeitando o seu importante papel social;
- ✓ a desresponsabilização do Estado com a educação, como consta na Constituição de 1988, entregando-a nas mãos do empresariado;
- ✓ o bloqueio pela Capes, de bolsas dos programas de pós-graduação, prejudicando, a formação de pesquisadores e o processo de produção de conhecimento;

Grande parte dessas medidas impactam negativamente sobre os Direitos Humanos das crianças e aos princípios da Proteção Integral e da Dignidade Humana constitucionalmente garantidos.

A indignação amplia-se quando:

- ✓ se constata que não há na agenda de governo decisões que dizem respeito ao atendimento das crianças de até 6 anos, bem sabemos que o investimento nessa faixa etária implica em ampliar as possibilidades de desenvolvimento na primeira infância;

- ✓ não tem no âmbito do MEC nenhuma ação voltada à continuidade ou a edição de novos programas que resultam na melhoria da qualidade do processo educativo em creches e pré-escolas;
- ✓ não se vê proposições concretas para a continuidade de construção de unidades de Educação Infantil, que poderiam responder à demanda estabelecida pelo PNE (2014-2024) de se atingir os percentuais de 50% das crianças de 0 a 3 anos na creche nem colocar todas as crianças de 4 e 5 anos na pré-escola;
- ✓ se constata que esse governo assinou um projeto de lei para a regulamentação da educação domiciliar, que se caracteriza como uma modalidade de ensino em que pais ou tutores responsáveis assumem o papel de professores, indo contra os avanços educacionais e as lutas das famílias por uma educação pública de qualidade;
- ✓ se constata que esse governo assinou o decreto da nova Política Nacional de Alfabetização no Brasil, que ignora todos os avanços científicos, alinhando e retrocedendo à alfabetização ao método fônico.

A OMEP-BR é absolutamente discordante da liberação, por decreto presidencial, de que crianças, a partir de 5 anos estão autorizadas a ter aulas de tiro, pois isso fere os mais primários princípios da educação para a paz e a harmonia num período crítico da formação para os valores e para a cultura da paz

A OMEP-BR alia-se às organizações educacionais e aos demais atores sociais para reivindicar mudanças no âmbito governamental, que repercutam na implementação de Políticas Públicas, que respeitem a população brasileira e os avanços constitucionalmente conquistados para o exercício pleno da cidadania.

Ninguém solta a mão de ninguém!

Organização Mundial para a Educação Pré-Escolar – OMEP/BR